



# Anais da Assembléia

N.º 07

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 04 DE MARÇO DE 1983

ANO IX

## 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

### ATA DA 003.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 1983

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Orlando Pessuti.

Às 10:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Fuad Nacli, Adhail Sprenger Passos, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcelos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Toguio Setogute (30); achando-se ausentes os Srs. Deputados Trajano Bastos, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Luiz Alberto de Oliveira, Nelson Bufara, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Tadeu França e Wilson Fortes (28).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa defere e o Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — (Pela Ordem) Gostaria que a Mesa informasse à Casa que a sessão, para funcionar, precisa apenas de vinte e um Deputados, e assim que a chamada fosse respondida pelos vinte e um Srs. Deputados, já poderia ter o funcionamento.

Então, para se ganhar tempo, que não se continuasse a leitura.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Responderam à chamada vinte e nove Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O Sr. 2.º Secretário fará a leitura da Ata.

O SR. FUAD NACLI — (Pela ordem) Foram feitas quatro chamadas nominais. Há necessidade de 21 Srs. Deputados mas pelo que estou notando, pessoas que estão no Plenário responderam e aí não permanecem na relação dos chamados.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Ouvimos apenas duas chamadas e há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. FUAD NACLI — (Pela Ordem) Gostaria de solicitar uma certidão dos Deputados que não se encontram perma-

nentes nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa defere. O Sr. 2.º Secretário fará a leitura da ata.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Indicação:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Liderança do PMDB, por seu líder abaixo-assinado, respeitosamente vem, com a inclusa relação, indicar os nomes dos Srs. Deputados que comporão as Comissões Técnicas desta Casa.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 MEMBROS — PMDB 08

Titulares	Suplentes
Artagão de M. Leão	Ervin Bonkoski
Djalma de A. Cesar	Homero M. Oguido
Edmar Luiz Costa	Deni Schwartz
Luiz Carlos C. Quintana	Irondi Pugliesi
Roberto Requião	Tadeu França
Hermas Brandão	José A. Fonseca
Tadeu L. Machado	Sérgio Spada
Anibal Khury	

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

07 MEMBROS — PMDB 04

Titulares	Suplentes
Antônio Anibelli	Irondi Pugliesi
Artagão de M. Leão	Fiori Luiz
Anibal Khury	Homero Oguido
Roberto Requião	Hermas M. Brandão

### COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

07 MEMBROS — PMDB 04

Ferrari Júnior	Sabino de Campos
Eduardo Baggio	Sérgio Spada
Hermas Brandão	Rubens Bueno
Ervin Bonkoski	Luiz Carlos C. Quintana

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

07 MEMBROS — PMDB — 04

Rubens Bueno	Irondi Pugliesi
Luiz Carlos C. Quintana	Edmar de A. Cesar
Adhail S. Passos	Márcio J. de Almeida
Tadeu França	Djalma de A. Cesar

### COMISSÃO DE FINANÇAS

07 MEMBROS — PMDB 04

Dirceu Manfrinato	Djalma Cesar
Antônio Anibelli	Anibal Khury
Ervin Bonkoski	Tadeu Lúcio Machado
Homero Oguido	Hermas Brandão

COMISSÃO DE AGRICULTURA  
07 MEMBROS – PMDB 04

Titulares

Deni Schwartz  
Eduardo Baggio  
Orlando Pessutti  
Sabino Campos

Suplentes

Mário Pereira  
Dirceu S. Manfrinato  
Antônio Anibelli  
Rubens Bueno

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
07 MEMBROS – PMDB 04

Adhail S. Passos  
Mário Pereira  
Ervin Bonkoski  
Ferrari Júnior

Eduardo Baggio  
Antônio Anibelli  
Acir Mezzadri  
Hermas Brandão

COMISSÃO DE TERRAS,  
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO  
07 MEMBROS – PMDB 04

José Fonseca  
Caíto Quintana  
Orlando Pessutti  
Eduardo Baggio

Mário Pereira  
Deni Schwartz  
Dirceu Manfrinato  
Nelson Vasconcellos

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
07 MEMBROS – PMDB 04

Oswaldo A. Furtado  
Rubens Bueno  
Djalma César  
Fiori Luiz

Ferrari Júnior  
Sérgio Spada  
José Fonseca  
Eduardo Baggio

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
07 MEMBROS – PMDB 04

Tadeu Lúcio Machado  
Acir Mezzadri  
Amélia A. Hruschka  
Edmar Costa

Nelson Vasconcellos  
Caíto Quintana  
Tadeu França  
Roberto Requião

COMISSÃO DE TURISMO  
07 MEMBROS – PMDB 04

Sérgio Spada  
Edmar L. Costa  
Ervin Bonkoski  
Dirceu Manfrinato

Orlando Pessutti  
Ferrari Júnior  
Acir Mezzadri  
Amélia Hruschka

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
07 MEMBROS – PMDB 04

Adhail S. Passos  
Deni Schwartz  
Fiori Luiz  
Oswaldo A. Furtado

Sabino B.N. de Campos  
Márcio de Almeida  
Roberto Requião  
Amélia A. Hruschka

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

Irondi Pugliesi  
Mário Pereira  
Oswaldo A. Furtado  
Márcio de Almeida

Roberto Requião  
Nelson Vasconcellos  
Edmar Costa  
Orlando Pessutti

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
07 MEMBROS – PMDB 04

Nelson Vasconcellos  
Márcio de Almeida  
Amélia A. Hruschka  
Orlando Pessutti

Rubens Bueno  
Irondi Pugliesi  
Dirceu Manfrinato  
Artagão de M. Leão

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
07 MEMBROS – PMDB 04

Anibal Khury

Djalma de A. César

Artagão M. Leão  
José A. Fonseca  
Homero Oguido

Ervin Bonkoski  
Sabino de Campos  
Márcio de Almeida

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS  
07 MEMBROS – PMDB 04

Tadeu França  
Acir Mezzadri  
Nelson Vasconcellos  
Sérgio Spada

Ervin Bonkoski  
Ferrari Júnior  
Fiori Luiz  
José A. Fonseca

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTE  
07 MEMBROS – PMDB 04

Ervin Bonkoski  
Irondi Pugliesi  
Tadeu França  
Sabino de Campos

Mário Pereira  
Homero Oguido  
Oswaldo A. Furtado  
Artagão M. Leão

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie telex ao Excelentíssimo Sr. ERNANI GALVÊAS, Ministro da Fazenda, e ao Sr. FRANCISCO DORNELES, DD. Secretário da Receita Federal em Brasília, solicitando seja mantida em funcionamento a agência da Receita Federal em Ubitatã, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A agência da Receita Federal na localidade de Ubitatã, representa não só uma necessidade para os habitantes daquela comuna, mas uma necessidade arrecadadora para uma grande região de nosso Estado.

Ubitatã é um dos municípios mais importantes do Estado do Paraná, tendo na agricultura a sua principal fonte de divisas, não só para o Estado mas para todo o País, e seu povo merece os benefícios que até hoje tem recebido, e a desativação da agência da Receita Federal naquele importante município do nosso Estado, trará prejuízos incomensuráveis à sua gente, que terá que se deslocar a Cascavel para receber atendimento.

Urgente, portanto, que não se desative um órgão de tamanha importância, mas pelo contrário, que se crie outros para beneficiar um povo trabalhador e ordeiro de toda a região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando as prerrogativas e atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis e as disposições inseridas na Constituição do Estado, notadamente aquelas do artigo 16, V, vem a Vossa Excelência, com o devido acatamento, REQUERER seja submetido ao Plenário e encaminhado na forma da legislação aludida, ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, para que o mesmo determine ao Sr. Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP, que preste, no prazo da lei, as informações necessárias ao seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1. O Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP, como se sabe, efetuou ou avalizou operação de crédito ou empréstimo, ou mesmo fez o repasse de valores à Empresa SERVIX Engenharia S/A, operação esta realizada em dólares, tendo como agente financeiro o Brasilinvest, que alçou a US 6.000.000 (seis milhões de dólares).

II. Quer-se saber:

a) — O BADEP compareceu como avalista da SERVIX neste ato?

b) — Esta operação foi feita com base na Resolução "63"?

c) — Qual a garantia oferecida pela empresa SERVIX Engenharia S/A ao Brasilinvest e ao BADEP?

d) — Como foi procedida a avaliação dos bens deixados em garantia, e qual o valor apurado? Quem foram os avaliadores?

e) — A empresa SERVIX saldou seu débito referente a esta operação?

f) — Qual a responsabilidade do BADEP em decorrência do inadimplemento da Empresa?

g) — Qual o prejuízo do BADEP face ao não pagamento pela empresa SERVIX, computada a maxi-desvalorização do cruzeiro?

h) — Onde está sediada a empresa (ou onde estava) SERVIX e qual a sua ligação com o Estado do Paraná?

i) — Qual o motivo teria autorizado o BADEP a comparecer como avalista a uma operação envolvendo o Brasilinvest e uma empresa paulista, que não empreitou qualquer obra no Paraná e nem tem sede em nosso Estado?

Na oportunidade, REQUER-SE também, conste do pedido oficial, advertência no sentido de que, fluído o prazo de trinta dias e não solucionado a contento este pedido de informações, nem mesmo se for invocado o chamado "sigilo bancário", esta Assembléia Legislativa constituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar eventuais irregularidades naquele Banco de Desenvolvimento.

Peço acolhimento.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1983.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Anibelli.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares.

Ontem, o Tribunal Regional Eleitoral, em sessão histórica, condenou os envolvidos na fraude de Corbélia a três anos e dois meses de prisão-albergue com a perda do mandato de Juiz de Direito e ainda, deixando-o afastado das funções públicas por mais de oito anos. Por unanimidade de votos, os Juizes do Tribunal Pleno rejeitaram as preliminares argüidas pela defesa e julgaram procedente a denúncia contra os autores da tentativa de fraude eleitoral em Corbélia.

Em face disto, às 19:45 minutos, o Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, que presidia a sessão de julgamento do TRE, leu a sentença, condenando o Juiz Edmundo L. Mendes à pena de três anos e dois meses de detenção, por infração do Artigo 317, do Código Eleitoral, com as agravantes nos artigos 44 e 45 do mesmo Código.

Os outros dois réus, Carlos Alberto Garineu — cartorário, e Celso Vieira — farmacêutico, foram condenados a três anos de detenção por infração do mesmo artigo.

Porém, na mesma ocasião, o Desembargador Cláudio Nunes Nascimento concedeu o direito à prisão-albergue com que os réus condenados puderam sair livres do TRE.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A partir daquele instante, naquela sessão memorável do TRE, passou a Justiça Eleitoral a ter mais dignidade neste Estado e neste País. Quantos casos de fraude houveram neste Estado e neste Brasil, em que tantas vontades populares de eleitores simples de municípios distantes e até de Estados do Brasil, foram manipuladas com dados ou por corrupção.

O caso Corbélia foi descoberto, os homens foram pegos

dentro da sala, mas quantos casos destes, que havidos em outros municípios, conseguiram sair impunes, quantos resultados de eleições foram diversos da opinião pública.

E é por isto, meus Companheiros, Deputados, Parlamentares, que aqui viemos a esta tribuna para registrar este fato que dá mais dignidade a este Estado.

A partir deste instante, os acostumados a fraudarem eleições, a manipularem resultados eleitorais, a manipularem dados, a trocarem cédulas, a pressionarem, a corromperem o povo paranaense e o povo brasileiro, ficaram cientes da meritória Justiça que impera em nossos Tribunais.

Temos visto companheiros, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como aconteceu no Mato Grosso, em que houve um eleitor que votou dezoito vezes, votaram mortos. Precisamos restaurar a dignidade deste País, precisamos restaurar a vontade popular. Se não fossem as fraudes neste País, o resultado das eleições neste dia 15 de novembro, teria sido diferente dos resultados apresentados a toda Nação.

Santa Catarina é outro caso em que houve fraude, houve corrupção, como houve no Paraná. Porém, aqui, companheiros, nem os corruptos e nem os manipuladores de dados, conseguiram modificar o resultado, porque, para passar 600 mil votos de diferença, nem todos os corruptos que estavam no PDS, ao lado daqueles honestos do PDS, conseguiriam mudar o resultado da eleição.

É por isso que assomamos a esta tribuna, para registrar este fato, para que fique nos Anais desta Casa as palavras do PMDB, as palavras de um Deputado do PMDB, nos congratulando com a decisão do TRE, para vermos restaurada a dignidade em nosso Estado, e quiçá, em todo o País.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Anibelli se posicionou muito bem, chamando de corruptos os Juizes que antecederam à memorável convenção, ou a memorável eleição onde fomos derrotados.

Agora, não é justo; não é justo porque não somos corruptos. Fazemos hoje parte de uma oposição consciente, que haveremos de trabalhar pelo Paraná.

Chamar o Tribunal Eleitoral de corrupto, por causa de dois ou três que fizeram um erro? Então, Sr. Presidente, ao Deputado Anibelli, um homem que foi Deputado Federal, que pela tradição política respeitável e que respeito, porque seu pai foi um de mais maiores amigos e companheiros.

Agora, não levamos esta pecha, porque quem fala há de provar. E não houve corrupção na Justiça Eleitoral. Se o Deputado Anibelli chamou os Juizes anteriores, que julgaram as eleições passadas, de corruptos, é problema dele. Viemos nós a esta Assembléia com os votos do povo, estamos lutando para ficarmos em último lugar, mas sempre atendemos o nosso povo. E dentro deste complexo do nosso Partido, não vamos admitir que chamem os homens do PDS de corruptos, porque estão aí as barras da Justiça.

Com o respeito que tenho pelo Deputado Anibelli, ele devia, com a sua importância política, com sua tarimba, não ofender os Juizes que julgaram as nossas eleições passadas.

Temos cinco mandatos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e sem corrupção. Se a corrupção existe, pediria ao Deputado Anibelli que trouxesse à luz do eleitorado paranaense, para que as palavras vãs não fiquem no espaço, para que nós, dentro de uma oposição, não façamos uma oposição sistemática, como é do feitio do Deputado Anibelli, de vir julgar os homens, julgar os Desembargadores, chamando-os de corruptos. Se a corrupção houve, Deputado Anibelli, com os Desembargadores,

e eu os defendo aqui nesta hora, neste instante em que estamos por baixo, politicamente; mas haveremos de estar aqui para dar ênfase à Assembléia Legislativa, para que seus representantes falem a verdade e somente a verdade. Viemos aqui cinco vezes, e não foi por corrupção; viemos aqui pela vontade do povo; se corrupção houve em Corbélia, não cabe ao PDS, que talvez seja uma trama do PMDB, que talvez, Deputado Anibelli, Vossa Excelência desconhecendo o que acontece no Paraná, Vossa Excelência que estava em Brasília, não pode nos chamar de corruptos, porque isso não admitimos, viemos aqui, Deputado, não fomos como Vossa Excelência para Brasília.

Se corrupção houve nas eleições passadas, então Vossa Excelência também é cúmplice, porque Vossa Excelência também foi eleito pela corrupção que Vossa Excelência fala que não existe, e não vamos admitir isto, embora Vossa Excelência esteja mandando hoje, mas não vamos admitir que um moço como Vossa Excelência, representando o Governador que está começando a se destruir, venha dizer bobagem da tribuna.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não era nossa intenção vir à tribuna hoje para falar sobre os envolvidos no caso de Corbélia, mas o Deputado Antônio Anibelli veio à tribuna trazendo um envolvimento e a corrupção que gera não só no Paraná, mas que também em todo o Brasil, e nós concordamos que de fato tem gerado corrupção e também acontecido fraudes eleitorais.

Mas, queremos deixar bem claro que sempre fomos o Deputado mais votado no Município de Corbélia, desde a primeira eleição. Viemos para esta Casa no primeiro mandato por aquele município, hoje Comarca de Corbélia.

Mas, gostaríamos que o povo, não só do Paraná, mas as manchetes que surgem no Brasil, que dessem os nomes verdadeiros daqueles que estão envolvidos, mas a corrupção também dos carros à álcool, como está aí em Mandirituba, e tantas corrupções que estão aí, como o caso da Amazonas, como o caso que Vossa Excelência citou de Santa Catarina e Mato Grosso.

Falar no Paraná, Mato Grosso e Santa Catarina é muito fácil, mas deveríamos dizer — como se diz na gíria “vamos dar nomes aos bois”, — citar os nomes envolvidos. Não quero culpar inocentes nesta Casa, mas também não quero condenar aqueles que não devem, mas sim, aqueles que, por tramas e por trás estão envolvidos e estão impunes, e envolvendo pequenos funcionários, às vezes, como é o caso de Corbélia.

Gostaria de deixar bem claro a minha posição.

Eu, em Corbélia, tinha certeza absoluta, porque em Braganey não houve violação nas urnas. Segundo informações. Nunca fui ao Tribunal Eleitoral e nem o fiz, como muitos Deputados, para que abrisse ou não abrisse as urnas.

Aguardei a decisão do Tribunal Eleitoral, mas não foram mexidas nas urnas de Braganey, e estas foram anuladas.

É justo que o município em que as urnas não foram mexidas, não houve violação.

Corbélia não me satisfaz. A decisão da condenação de ontem, não me traz nenhuma forma de dizer que os três estão envolvidos, mas todo o Paraná e o Brasil sabem que o Juiz Edmundo L. Mendes está envolvido no processo, mas os mandantes, as mãos criminosas, aqueles que estão atrás disso, estão impunes, meus amigos. Há necessidade de dar “nome aos bois” e a Justiça precisa provar, não apenas dois inocentes que lá foram postos quando estavam aqui em Curitiba, segundo comentários, que foram jogados dentro do Fórum, para que aqueles acusados dissessem que havia a corrupção. E os homens

que estão atrás desta corrupção, quem são eles, Deputado Anibelli?

Vossa Excelência que vem pregar moralização, vamos dar um nome a estes homens, porque se eu o tivesse e tivesse certeza, teria coragem de aqui vir pronunciar, seja este ou aquele, fosse quem fosse.

Sou Deputado, não tenho a bola de cristal como Vossa Excelência tem, mas Vossa Excelência veio para esta Casa, como ex-funcionário, como ex-Deputado Federal e agora Deputado Estadual, querendo pregar a moralização. A moralização começa dentro da sua casa, para depois empregá-la.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Questão de Ordem, Sr. Presidente. No Pequeno Expediente não pode haver aparte e o Deputado Anibelli está fazendo diálogo no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa solicita ao Deputado Anibelli que observe o Regimento da Casa. Com a palavra, o Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Vossa Excelência sabe muito bem disto e conhece a minha formação. Sabe que sempre fui o Deputado mais votado do Paraná, com coisa que viesse para isto fazer insinuação a este homem que aqui está.

Se eu depender de um mandato para corromper qualquer jurisdição, qualquer cidadão, prevalece mais a minha amizade do que muitos votos, do que muitos eleitores.

Notoriou-se a Serra Pelada, cidadãos que nunca conheceram Corbélia...

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o horário do nobre Deputado Fuad Nacli.

Sr. Deputado, está encerrado o seu horário.

O SR. FUAD NACLI — Pediria um segundo para terminar. É possível?

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa concede esta liberalidade.

O SR. FUAD NACLI — ... tornou-se uma Serra Pelada como todo o Paraná conhece. Mas não retornaram conhecidas ainda, as mãos dos mandantes criminosos, e se Deus quiser, antes de eu sair desta Casa, antes de terminar o meu mandato, vamos ter certeza de quem foram os mandantes, de quem foram as mãos criminosas, para inocentar os inocentes e condenar os corruptos, os desonestos. Não só ao PDS, mas também a Vossa Excelência, com todo o respeito. Conheço os Deputados de sua oposição, que estão aí corrompendo e fazendo bandalheiras antes de assumir o Governo, e se necessário for, vou dar “nome aos bois”, aos homens que assumirem o Governo José Richa.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Vou dar a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Jorge Maia.

A Mesa anuncia a presença em nosso plenário, do Vereador de Maringá, Kasumi Taguchi.

O SR. JORGE MAIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pela primeira vez ocupamos a tribuna desta Casa, talvez não dotados de capacidades intelectuais e de tempo de serviços prestados por muitos dos Srs. Deputados, mas tentaremos, sempre desta tribuna, falar da nossa maneira simples, da nossa maneira humilde, que nos caracteriza como um Deputado do interior.

Somos porta-vozes de mais de 23 mil votos deste Estado do Paraná. Estamos aqui, Srs. Deputados, seguindo os primeiros passos, olhando atentamente, aprendendo a maneira de ser, e

coisas já estamos vendo, coisas que já não estamos de acordo com o que estamos ouvindo nesta Casa.

Tivemos oportunidade de ouvir, ontem, o Sr. Primeiro-Secretário falar de desmandos em Prefeituras na Zona de Segurança; de Prefeitos do PDS que estão mandando funcionários embora.

Esqueceu-se o Primeiro Secretário que nos dezoito municípios da minha micro-região, centenas e centenas de funcionários também foram despedidos por injustiças de Prefeitos eleitos pelo PMDB.

Acho que nunca se deve dizer de caso a caso, e sim, generalizar tudo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos aqui para falar de outro assunto, para falar da minha terra natal, a cidade que me elegeu com a maioria dos votos, que é Apucarana.

Seguimos sua vida política desde o início; somos herdeiros de um pai político. E vimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na campanha política passada, o Governador eleito José Richa, em praça pública, na minha cidade, onde dizia que, se fosse eleito, Apucarana teria uma representatividade no primeiro escalão do seu governo.

Eu dizia, meus companheiros: se José Richa fizer isso na nossa cidade, não vai ser favor algum que faz, vai ser uma obrigação que ele tem com a nossa cidade. Porque todas as eleições em que o Sr. José Richa e Álvaro Dias disputaram em nossa cidade, eles foram os mais votados; todas as eleições eles ganharam na minha cidade.

E é com pesar, Srs. Deputados, que leio estampadas nas manchetes dos jornais, que escuto os órgãos de comunicação e vejo que o futuro Governador esqueceu da minha cidade natal, das promessas que ele fez em praça pública.

E eu irei amanhã a Apucarana, irei dizer aos meus companheiros, que Richa dividiu a sua campanha em duas etapas: em primeiro, fez uma tropa de choque, e em segundo, uma tropa de ocupação. E Apucarana pertenceu apenas à primeira. Foi uma tropa de choque para a campanha do Sr. José Richa, e ele a marginalizou.

E é com pesar e pena também, que vi nas manchetes dos jornais hoje, que um adversário político meu, não tenho dúvidas, mas apucaranaense, o ex-Deputado José Domingos Scarpellini, reclamar de seu Partido, reclamar de seu Governador, porque foi relegado neste Governo que aí vem.

Direi a Apucarana, Srs. Deputados, que o Sr. José Richa...

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o horário do nobre Deputado.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Solicitaria mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não concederá.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Muito obrigado pela arbitrariedade, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Não é arbitrariedade é apenas o cumprimento do Regimento Interno. Vossa Excelência teve cinco minutos para usar da palavra.

Concedo a palavra ao orador inscrito, nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Assumo à tribuna hoje, para responder a uma acusação que foi feita, e gostaria de esclarecer a todos os Srs. Deputados que, quando estou nesta tribuna, estou na qualidade de Deputado e não de Primeiro Secretário. É um direito que me assiste, e a Mesa não tem porque ser envolvida em posicionamento que nós tomamos em defesa de nossa região.

Gostaria apenas de esclarecer um aspecto: quando falo de área de Segurança Nacional, falo de uma região que está aviltada em seus direitos; falo de uma área onde, há 18 anos,

não se elegem Prefeitos; onde o povo está amarrado e não tem condições de julgar seus Prefeitos, porque não tem o direito ao voto para escolher os seus mandatários.

É um atentado contra os princípios máximos da democracia, que inclusive, no seu original inglês, diz: "No tribulation without representation", ou seja, que não há tributação se não houver representação.

No entanto, lá existe tributação, existem cobranças, muitas vezes, abusivas de taxas, até de iluminação pública no interior, como temos constatado no Município de Santa Helena, taxas de limpeza, e no entanto, os senhores cidadãos daquelas áreas não têm o direito de escolher aqueles que haverão de gerir esses tributos.

Portanto, falo de uma área bastante sacrificada, falo de uma região onde os concidadãos não têm o direito de punir os Prefeitos quando esses agem mal, porque não têm o direito de escolhê-los.

Se por acaso há desmando, há corrupção em outras áreas onde os prefeitos são eleitos, o povo tem o direito de, em quatro anos, reverter a situação. O povo tem o sagrado direito de julgamento dos mandatos de cada Prefeito. Isto não acontece na área de Segurança Nacional.

Por isso, gostaria que o nobre Deputado fizesse uma distinção nesse aspecto. Não podemos comparar, de forma alguma, as áreas de Segurança Nacional, com as outras que têm o privilégio, ou menor, o direito de escolher os seus prefeitos.

E só para citar um exemplo mais, já que fui chamado ao debate neste sentido: ainda ontem, recebia eu os documentos de um cidadão, trabalhador rural, com todos os documentos legais para ser aposentado. Encaminhei-o para a Superintendência do FUNRURAL de Curitiba. E o Superintendente ficou pasmado de como teria sido negado o direito legítimo daquele cidadão. E a alegação única foi de que ele é do PMDB.

Existem esses desmandos em Mal. Cândido Rondon, na área do FUNRURAL, cujos titulares são nomeados pela Prefeitura. Deveria aquele responsável ter recebido, pelo menos, os documentos. Porque, cada cidadão, cada trabalhador que requerer uma aposentadoria, deverá ter o seu documento protocolado, não pode ser rejeitado. E muitos e muitos documentos não são aceitos, pedidos de aposentadorias justas, exatamente porque há uma perseguição política. Isto acontece, porque naquela área não se elege Prefeito. O povo não tem o direito de, amanhã ou depois, se vingar, ou pelo menos dizer que esse mandatário não serve e eleger outro.

Esse direito existe em sua região, eles poderão, daqui há quatro anos, escolher outro, mas tem havido muitos desmandos. Isto não acontece na área de Segurança Nacional.

Por isso, pediria ao nobre Deputado, que não misturasse "alhos com bugalhos".

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa registra, com satisfação, as presenças, neste Plenário, dos Srs. Vereadores de Curitiba, Waldir D'Angelis e Emílio Mauro, bem como do Sr. Joaquim Felipe Laginski, da Sociedade Rural do Oeste, de Cascavel.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apenas para restaurar a verdade dos fatos.

O nobre Deputado Antônio Anibelli, assumiu a tribuna não para dizer que o TRE é corrupto. Exatamente o contrário, foi o sentido do pronunciamento de Sua Excelência; elogiar o TRE pela atitude correta, pelo cumprimento efetivo da lei, para salvar inclusive a imagem da Justiça do Paraná, ao fazer a condenação dos réus de Corbélia e Braganey. Se verdade que Braganey e Corbélia foram taxadas de verdadeira "Serra Pelada"

seria de lamentar, hoje, aqui, se a Justiça não tivesse cumprido, realmente, com o seu dever de punir aqueles que, num processo regular, com ampla defesa, com todos os direitos e garantias que a defesa tem, puderam se defender. E seria de, hoje, lamentar aqui se a Justiça não os tivesse punido.

O pronunciamento do Deputado Antônio Anibelli não é como — maliciosamente — quis fazer entender o nobre Deputado Gabriel Manoel, ao dizer que taxou o Tribunal de corrupto. Data vênha, todos escutaram, alto e bom som. A proposição...

O Sr. Gabriel Manoel — Eu não disse maliciosamente. Disse porque as notas taquigráficas estão aí, que o Deputado Anibelli falou no passado.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Nobre Deputado, não procede a sua questão de ordem, porque não está infringindo o artigo 153.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — É bom que os Srs. Deputados passem a ter disciplina interna na Casa, porque taxar a Mesa de arbitrária, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando a Mesa dá cumprimento ao Regimento Interno, quando existe um painel na Casa, para que toda a assistência e os Srs. Deputados fiscalizem o tempo que cada um pode assumir à tribuna, e quando encerra o tempo destinado a cada Deputado, a Mesa no direito e cumprindo o Regimento Interno, cassa a palavra de alguém, esse alguém se levantar e dizer que a Mesa está sendo arbitrária, data vênha, Sr. Presidente, sugiro que se faça um cursinho para Deputado nesta Casa, para que se aprenda, em primeiro lugar, o cumprimento do Regimento Interno, porque não chegaremos a bom termo nesta Casa, e levantar uma questão de ordem como ainda mais uma vez maliciosamente o fez o Deputado Gabriel Manoel, para tentar entrar no aparte.

Ora, Srs. Deputados e Srs. Membros da Casa, acredito plenamente que a condução dos trabalhos nesta Casa mudou. Mudaram-se as coisas. Acredito plenamente que a condução dos trabalhos nesta Casa, a quem hoje estréia na Presidência, com louvor, Deputado Nestor Baptista. Esperamos que Vossa Excelência se conduza como vem se conduzindo, verdadeiramente, na função do Presidente, não preterindo o direito de ninguém, mas também não...

O Sr. Tércio Albuquerque — ...

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Não é permitido aparte, agora.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência anteriormente levantou que não era possível o aparte.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o cumprimento ao Regimento Interno é uma medida básica e fundamental para que esta Casa possa produzir, se afirmar, porque se não, Sr. Presidente, se quisermos aqui continuar como anteriormente, em que a maioria tinha o rolo compressor e fazia, e pisava, e rasgava o Regimento Interno, isto não deverá acontecer, e daremos o nosso voto de louvor a Vossa Excelência pela condução, estreando na Presidência, mas cumprindo efetivamente a função de Presidente.

Por isso, Sr. Presidente, assumi a tribuna apenas para reparar que o Deputado Antônio Anibelli veio aqui em boa e oportuna hora, alto e bom som, elogiar a atitude do TRE que restaurou a dignidade da Justiça do Paraná, ao punir os corruptos de Braganey e Corbélia.

Eleição se ganha no voto de não na fraude. Aqueles que acham que a decisão não foi correta, aqueles que acham que talvez aqueles que foram condenados sejam inocentes, estão aí os instrumentos legais para recorrem, para denunciarem, inclusive desta tribuna, se aqueles condenados não são efetivamente os culpados, se existem outros, que dêem os nomes. Está aí a nossa Justiça, com toda a imparcialidade possível,

com amplo direito de acusação e defesa, para levar às barras do Tribunal, condenar realmente aqueles que fraudaram a lei, aqueles que corromperam e aqueles que tripudiaram em cima da boa fé e do espírito democrático daquele povo daqueles dois municípios.

Congratulo-me com o Deputado Antônio Anibelli, porque traz a público um voto de louvor àqueles que com dignidade, com independência, nada mais fizeram do que cumprir a lei, fazer justiça e democracia. Abertura, progresso, é justiça, mas também, seriedade para condenar aqueles que no convívio social não podem ficar soltos, porque corrompem, tripudiam e usam a justiça para fins escusos, como usou aquele Juiz. Foi alijado da Magistratura, e hoje a Magistratura do Paraná pode bater no peito e dizer que em seus quadros, só homens decentes podem estar.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa anuncia a presença de uma comitiva de Vereadores de Maringá, liderada pelo Vereador Ricardo Balestra.

Encerrado o Pequeno Expediente, passaremos ao Horário da Liderança.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, por dez minutos.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Infelizmente, o sistema revolucionário implantado no Brasil em 64, praticamente institucionalizou duas desgraças neste País: o roubo e a impunidade!

As denúncias de falcaturas se avolumam; as manchetes dos jornais estampam as negociatas mais imorais, os negócios mais escusos, e, não se tem a menor notícia de que alguém haja sido punido, de que alguém haja sido deposto do cargo ou da função. Vivemos a era mais negra da corrupção, da bandalheira, dos negócios mal explicados!

Felizmente, para o Paraná e para o Brasil.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Meu caro Deputado, Vossa Excelência está sendo injusto, porque corrupção houve, e haverá, no Governo que Vossa Excelência deverá fazer parte, do PMDB. Disto, tenho certeza absoluta, mas as corrupções que nós descobrimos, que foram comprovadas, foram punidas. O exemplo maior é o do ex-Governador Haroldo Leon Peres que, nesta eleição, ajudou o seu Partido. Portanto, quando Vossa Excelência fizer uma análise, Vossa Excelência também respeite os fatos.

Muito obrigado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Se Vossa Excelência atentasse mais para os fatos reais da História, para os fatos globais da História-Pátria e da corrupção instalada neste País pela sua Revolução que Vossa Excelência vem defendendo há tantos anos, Vossa Excelência haveria de olhar as coisas pelo global, e não, pela exceção. A exceção jamais fez a regra, Sr. Deputado, a regra é feita, no interesse da coletividade e da comunidade do seu todo, não no todo de um indivíduo só. Se Vossa Excelência houvesse permitido eu concluir o meu raciocínio, o meu pensamento, talvez tivesse sido desnecessário o seu aparte.

Estava dizendo que, para a felicidade do Paraná e do Brasil, nós tivemos uma eleição democrática nesta Pátria, onde o povo pôde escolher livremente os seus Governadores, embora ainda cerceados pela impraticabilidade de poder usar os meios de comunicação, porque, ainda sofremos a angústia de uma lei que os Deputados do PDS tanto defenderam, que é a famosa Lei Falcão que impede o povo de conhecer a verdade dos fatos. Mesmo assim, o povo foi às urnas e mostrou o seu senso de justiça social, e, no Paraná, de u'a maneira vibrante e esmagadora derrotou de uma vez por todas e enterrou o neísmo, derrotando

o Sr. Saul Raiz.

**O Sr. Tadeu Lúcio Machado** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Primeiramente, quero cumprimentar Vossa Excelência que brilhantemente assoma à tribuna, na manhã de hoje; em seguida, desejo reparar o aparte do nobre Deputado Tércio Albuquerque. O Deputado deve ter “bola de cristal”, porque diz que o nosso Governo vai ser corrupto, antes mesmo dele assumir. Agora, de corrupção neste País, desde 64, nós estamos cheios — corrupção, em todos os Ministérios, indistintamente. Ao invés de os Ministros corruptos serem punidos, eles recebem as benesses do Governo. Se o nobre Deputado Tércio Albuquerque lembra-se somente da corrupção do ex-Governador Haroldo Leon Peres, tomo a liberdade de chamá-lo de desinformado. Por isso, nobre Deputado Osvaldo Alencar, o pré-julgamento do Deputado Tércio Albuquerque dizendo que o nosso Governo vai ser corrupto, que o Governador José Richa também fará corrupção, nós haveremos de provar com trabalho, com dignidade, com decência e, principalmente, com respeito à nossa terra e à nossa gente.

Muito obrigado.

**O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO** — Agradeço sensibilizado o aparte do companheiro e gostaria de acrescentar, agradecendo o aparte do companheiro Tadeu Lúcio Machado, e as finanças do Paraná não haverá de respeitar a bola de cristal dos Deputados do PDS. Porque está no seu comando a figura firme, segura e competente do professor Erasmo Garanhão.

Este mestre de economia haverá de restaurar o equilíbrio, a competência e a lisura nos tratos da coisa pública do Paraná. O professor Erasmo Garanhão haverá de mostrar a parcela que dominou este Paraná por tantos anos e fez deste Paraná praticamente um Estado semifalido, ou semicomprometido na sua economia. Ele haverá de restaurar o equilíbrio econômico, o equilíbrio financeiro no Estado do Paraná.

Concedo o aparte.

**O Sr. Gabriel Sampaio** — Deputado, obrigado pela sua deferência.

Em primeiro lugar, Deputado, quero comunicar a Vossa Excelência que acabou a eleição. Vossa Excelência continua com o discurso de eleição. Vossa Excelência, não pode Deputado, datíssima vênica, com todo respeito que merece Vossa Excelência, fazer esse tipo de generalizações. Discutimos ontem e anteontem, nesta Casa, com a presença de Vossa Excelência, vários números, vários dados a respeito das finanças do Paraná. É inverdade o que Vossa Excelência acaba de dizer. A situação do Paraná é equilibradíssima, a situação do Paraná é privilegiadíssima no contexto nacional; o Paraná tem cumprido e honrado todos os compromissos internos e externos. Portanto, peço a Vossa Excelência, como agora há pouco, ao mesmo tipo de generalização fez o Deputado Tadeu Lúcio Machado, em dizer que todos os Ministros são corruptos. Nós precisamos parar, Deputado, já acabou a eleição; precisamos falar coisa séria e o povo do Paraná espera de nós todos, Parlamentares de todos os Partidos que façamos aqui considerações ponderadas: com fatos, com dados e com números e não jogar ao ar palavras que na eleição cabiam e que hoje não cabem mais.

**O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO** — Sr. Deputado, gostaria apenas de acrescentar: em meu discurso ao povo é o mesmo discurso deste Parlamento, porque não sou homem de duas feições nem de duas caras. O mesmo línguajar que eu uso para comunicar-me com o povo do Paraná é o mesmo línguajar que desta tribuna usarei para poder defender os postulados da democracia e os direitos do povo ao confiar, em mim e delegou-me como Deputado Estadual. Vossa Excelência faça o discurso que Vossa Excelência quiser e como quiser, eu farei o mesmo discurso que fiz em praça pública porque não sou um homem de duas caras. E para complementar, quero dizer a Vossa Excelência que o Brasil está numa situação de vergonha, a rastejar pública e internacionalmente.

O Brasil quando foi pego pela sua Revolução que Vossa Excelência tão ardorosamente defende, ele devia cerca de quatro bilhões de dólares e isto é uma dívida acumulada em 464 anos de existência e em apenas dezoito anos, vocês conseguiram envergonhar a Nação e endividar a pátria brasileira de uma maneira que chega à insolvência, de uma maneira quase falimentar onde os grandes economistas da Nação hoje dizem que a única maneira para nós sairmos dessa situação é a moratória.

Mas, Vossa Excelência pede dados, pois eu vou pedir ao seu Governo, dentro do BADEP e é por isso que estou ocupando esta tribuna, porque tem chegado às nossas mãos, uma porção de bandalheiras praticadas pela diretoria do BADEP. Por isso, desta tribuna, pretendo ler para os Senhores o meu requerimento àquele órgão do Estado, para que ele mostre os números que Vossa Excelência pretende ouvir de mim. Mas, como sou um Deputado sério, estou dizendo aqui neste requerimento ao solicitar e eu pretendo, embora muitos outros requerimentos vou trazer a este Plenário, ainda sobre o BADEP, para que o mesmo realmente informe como ele tem promovido o desenvolvimento do Estado do Paraná.

**O Sr. Sérgio Spada** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Com relação às palavras e o aparte proferido pelo Deputado Tércio Albuquerque, eu encontrava-me naquele instante no meio da Bancada de Vereadores do PMDB, em Maringá. Eles se sentiram até mesmo ofendidos, quando ouviram as palavras do Deputado Tércio Albuquerque, que dizia que o ex-Governador Haroldo Leon Peres havia apoiado o PMDB, em Maringá. Muito pelo contrário, a Bancada se sentia indignada, pois que, Haroldo Leon Peres, além de não ser aceito nos quadros do PMDB, em Maringá, por requerimento de um membro desta Casa, do Deputado Tadeu França e por Vereadores que aqui se encontram, rejeitaram de pleno a filiação daquele ex-Governador. E ele veio fazer o apoio ao Prefeito Anibal Bianchini, inclusive fazendo proposta...

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — A Mesa informa ao Deputado que está na tribuna, que estão vencidos os dez minutos; e a Liderança concede mais cinco minutos para encerrar o seu pronunciamento.

**O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO** — Obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Sérgio Spada** — ... Inclusive, Deputado, só para concluir, esse ex-Governador, segundo informações da Bancada de Vereadores do PMDB de Maringá, tentou aliciar candidatos a Vereadores do PMDB, para apoiarem o candidato a Prefeito de Maringá, pelo PDS. Esta é a verdade.

Muito obrigado.

**O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO** — Muito obrigado pelo aparte esclarecedor do Companheiro Spada.

Vamos ao requerimento. (Lê):

“Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado, através do Excelentíssimo Senhor Governador, ao Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A., o seguinte pedido de informações:

- 1) Qual o envolvimento do BADEP com a firma CASTELO S/A — Construções Metálicas e Equipamentos?
- 2) Qual o montante do empréstimo concedido pelo BADEP à mencionada firma?
- 3) Cópia do laudo ou estudo que deu origem ao financiamento em questão.
- 4) Qual a situação atual do relacionamento entre o BADEP e a CASTELO S/A?
- 5) Quais as garantias oferecidas ao BADEP para os empréstimos concedidos?

Sala das Sessões, em 07 de março de 1983”.

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Vossa Excelência permite um apar-



te? (Assentimento).

A Bancada de Vossa Excelência é majoritária nesta Casa, deverá aprovar o requerimento. Mas, quero garantir-lhe, Sr. Deputado, que se não houver número na sessão em que será votado este requerimento, por parte da sua bancada, já tem o apoio da nossa.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Agradeço antecipadamente a boa vontade do nobre Deputado. Faço votos que seja a boa vontade de todos os seus Pares.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, Vossa Excelência disse muito bem, de que não vai mudar o seu discurso. E nós temos, nesses primeiros embates da Assembléia, temos visto a preocupação dos Colegas do PDS realmente em quererem orientar a nossa temática da tribuna, para que nos restrinjam ao Estado do Paraná. Aí a necessidade de colocar a divergência gritante que o povo sabe disso. Nós temos uma outra ótica e uma outra visão. A nossa luta não terminou no Brasil; o PMDB se considera um partido de Oposição, porque não tem uma democracia ainda. Não podemos mudar o nosso discurso, porque não conquistamos o grande objetivo que a Nação anseia. Está aí como disse Vossa Excelência a Lei Falcão, está aí a Lei de Segurança Nacional protegendo corrupções desastrosas como o caso Baungartem, a CAPEMI, não vou citar, porque eu ficaria meia hora enumerando escândalos que ocorrem aqui, as denúncias do Pasquim a imoralidade que ocorria na Embaixada brasileira, da veracidade do Relatório Saraiva, de que os Ministros obtinham 10% para conseguir empréstimos para o Brasil e, talvez, seja aí a ganância como se fez esta grande dívida, porque, alguns levavam 10% para seus interesses particulares enquanto os empréstimos vinham comprometer a nossa economia.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa informa o orador que está na tribuna, que está encerrado seu horário de 15 minutos.

O Sr. Nilso Sguarezi — Só para concluir, Sr. Presidente.

Mudamos o nosso discurso quando conseguirmos o nosso objetivo, até lá vamos continuar.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Ainda no Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sabino Campos.

Antes porém, a Mesa anuncia a presença da Presidenta da Câmara Municipal de Cascavel, Vereadora Marlize da Cruz Oliveira.

O SR. SABINO CAMPOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê):

“Ocupo pela primeira vez esta tribuna para solicitar à Mesa que encaminhe um expediente ao Ministro da Previdência Social, Dr. Hélio Beltrão, comunicando irregularidades praticadas pela Superintendência do IAPAS no Município de Toledo, conforme documentação que temos em mãos e, afinal, solicitar as providências necessárias e urgentes para a restauração da moralidade e da austeridade.

Vamos aos fatos, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Superintendência do IAPAS no Paraná locou um imóvel para a instalação da agência do sistema previdenciário em Toledo, Município que tenho a honra de representar nesta Casa.

Esta transação, Srs. Deputados, foi concretizada 12 dias antes do pleito de 15 de novembro de 1982, conforme publicação no BS-IAPAS n.º 83, de 03/11/82, página 58, retroagindo sua validade a contar de 1.º de outubro do mesmo ano, envol-

vendo entre aluguel e vigias uma despesa de oito milhões.

Temos aí uma irregularidade que salta aos olhos, Srs. Deputados, pois nunca vimos em locação de imóvel que retroagisse no tempo. E esses oito milhões representam a contribuição previdenciária de aproximadamente cinco mil trabalhadores que percebem salário mínimo.

O mais grave, Sr. Presidente, é que até hoje não temos notícia da instalação daquela Agência, informando-nos o agente de Toledo que isso se deve à falta de funcionários.

O que consideramos muitíssimo estranho, pois sabemos que o Sr. Carlos Ernesto Calberg, Superintendente do IAPAS, fez mais de 30 nomeações, no período imediatamente anterior às eleições, o que como todos sabem não é permitido por lei. Tanto mais, Srs. Deputados, que entre os contemplados estão incluídos alguns parentes e filhos dos seus diretores mais chegados, incluindo entre eles um sobrinho do Sr. Calberg e o seu futuro genro, nomeações estas que não tiveram o respaldo do concurso público e que já custaram aos cofres da Previdência cerca de quinze milhões de cruzeiros.

Temos certeza, Sr. Presidente, que ao tomar conhecimento de nossas denúncias, o Ministro Hélio Beltrão tomará enérgicas e saneadoras providências, restaurando o decoro da função pública.

Por certo o Ministro agirá com a mesma firmeza que demonstrou no episódio dos credenciamentos políticos efetuados pelo seu antecessor e que na época tiveram ampla repercussão em todo País. Entendemos, Senhores Deputados, que não pode haver lugar para os corruptos na administração pública, nem pode ser tolerada a má aplicação de recursos, principalmente na área da Previdência Social.

Esta confiança que temos na atuação do Ministro, Sr. Presidente, nos é inspirada pela sua atuação e também por estas afirmações publicadas no jornal “O Estado de São Paulo”, em 1.º de junho de 1982. Dizia então o Ministro Hélio Beltrão:

“Humildemente, pois um cargo público não é glória nem pompa, é cumprimento silencioso do dever; vigilância constante contra a burocracia, que significa em outras palavras desumanização; descentralização do poder, pois a centralização é princípio condenado, não só em administração como na política, além de ser produto direto da desconfiança; liberdade à iniciativa, fazendo com que todos participem; e perdoar o erro de boa fé. Quem decidir errado, mas de boa fé, será perdoado. Mas, quem transigir com a fraude, a desonestidade e a corrupção em prejuízo do patrimônio público não terá misericórdia”.

Subscrevemos inteiramente, Senhores Deputados, esta definição exemplar do Ministro Hélio Beltrão e para finalizar, requeremos à Mesa, que anexe ao expediente os documentos anexos, onde nos baseamos para apresentar estas denúncias, com o único objetivo de colaborar com a causa pública e ficar em paz com a nossa consciência.”

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto à Liderança do PDS se quer fazer uso da palavra.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, pela Liderança do PDS irá usar 15 minutos o Sr. Deputado Jorge Maia e 15 minutos o Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Creio que na minha primeira fala, fui bem claro, que estava gatinhando nesta Casa procurando aprender, a saber, porque na realidade isto torna-se para mim um novo horizonte, um novo mundo que vislumbra.

Dizia eu, das promessas já não cumpridas pelo futuro Governador José Richa. Mas antes, Sr. Presidente, Srs. Depu-



tados, queria fazer um adendo à continuidade de meu pronunciamento.

Estranhei, quando o Líder do Governo, o eminente Líder do Governo que está por se instalar, o Deputado Nilso Sguarezi, recomendou-me a fazer um cursinho. Tenho a responder a ele o que disse no início das minhas palavras: que talvez não tivesse a capacidade intelectual de alguns dos Srs. Deputados aqui presentes, inclusive do eminente Líder do PMDB.

Se for necessário, farei um cursinho para aprimorar meus conhecimentos.

Mas, queria que o eminente Líder do PMDB se atentasse às minhas primeiras palavras, quando eu disse que estava aprendendo e vendo como se procedem as coisas aqui.

Chamei o Sr. Presidente de arbitrário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Reafirmo o meu chamamento, que fizeram arbitrariedade comigo. Isto porque, baseando-me em fatos havidos nesta Casa, desde o dia da minha posse, do dia primeiro. Queria que o nobre Líder do PMDB, atentasse ao meu pronunciamento na sessão anterior, que ao encerrar o seu pronunciamento, seu tempo foi esgotado, e ele pediu um minuto para o Sr. Presidente, e o Sr. Presidente concedeu.

Eu queria, então, que o Sr. Líder do PMDB atentasse para o pronunciamento do Líder do PDS, Luiz Alberto, que, ao terminar o seu pronunciamento, o seu tempo esgotou, e ele pediu um minuto ao Sr. Presidente, e isto consta dos Anais da Casa, e foi concedido.

Por isso, nobre Líder do PMDB, eu me vi no direito porque, há minutos atrás, o meu colega de Bancada, Deputado Fuad Nacli pediu 30 segundos, e foi concedido; e eu me vi no direito, por fatos acontecidos nesta Casa, de pedir, também um minuto. E, com surpresa, Sr. Presidente, Vossa Excelência não me concedeu um minuto. Mas, se Vossa Excelência está seguindo o Regimento como ele manda, Vossa Excelência deve mantê-lo toda vez que presidir a sessão.

Concordo com Vossa Excelência, mas, fica aqui o meu alerta, que todas as vezes que Vossa Excelência estiver presidindo uma sessão neste plenário, e alguém lhe pedir um minuto para concluir o pensamento, e Vossa Excelência conceder, novamente eu falarei que isso é uma arbitrariedade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou terminar o raciocínio em que foi impedido pelo Sr. Presidente, quando falava da primeira promessa não cumprida pelo futuro Governador José Richa.

Quero apenas recordar aos presentes, que dizia eu que ele foi em praça pública, testemunhado por milhares de apucaraneses, dizer que, se eleito fosse, Apucarana seria representada no primeiro escalão de seu Governo.

Repito que foi com pesar que não vi nenhum nome de apucaraneses a ocupar este primeiro escalão.

Irei à minha cidade, ocuparei a imprensa, ocuparei as tribunas e direi ao povo da minha região que o primeiro engano, que a primeira promessa já não foi cumprida.

Não adiantará o então futuro Governador querer amenizar as coisas como se diz na gíria popular, "tapar o sol com a peneira", pondo alguém no segundo ou terceiro escalão do seu Governo.

Não concordo, porque a minha cidade, se tiver alguém nomeado no primeiro escalão, mesmo sendo Oposição a mim, mesmo sendo de facção política contrária à minha, a minha cidade seria muito bem representada porque lá existem homens capazes, homens cultos, homens dignos e honrados que saberão também ajudar a conduzir os destinos do meu Paraná.

Disse aos Senhores que já divido a atuação do Sr. José Richa em duas partes: a primeira, a formação da "tropa de choque", que são aqueles homens menos preparados culturalmente, que vão à frente, numa batalha, abrindo caminho para, depois, passarem os coronéis, os generais.

Vou dizer à minha cidade que o Sr. José Richa classifica Apucarana como elemento de "tropa de choque", que serve apenas para abrir picadas para sua campanha, porque a tropa de ocupação não será feita pelos elementos de minha cidade, que ele acha que não têm capacidade.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Jorge Maia, data vênica, Vossa Excelência está entrando em seara alheia. Porque, o que foi anunciado até agora da equipe do novo Governo, foi apenas o primeiro escalão, o resto é especulação da imprensa. E Vossa Excelência, com datíssima vênica, não é a pessoa mais indicada para vir dar palpite dentro dos quadros do PMDB. Isso é um assunto doméstico, primeiro do PMDB, depois do Governador José Richa que dará a palavra final.

Se Apucarana nunca foi aquinhoadada nos governos anteriores, no curso de 18 anos, Vossa Excelência há de convir que, agora, há de se reconhecer o direito do PMDB, de distribuímos o governo conforme os nossos critérios e o nosso entendimento.

E diga-se de passagem a verdade verdadeira, é que nunca o Secretariado do Estado foi composto como este, em que se procurou representar todas as regiões do Paraná.

Aguarde Vossa Excelência até a composição total do Governo e daí, reconheço o direito de Vossa Excelência protestar, como legítimo representante de Apucarana.

Mas, por enquanto, data vênica, Vossa Excelência está se antecipando num assunto doméstico do PMDB.

Muito obrigado.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Nobre Deputado, nobre Líder, tomara Deus que eu esteja errado. Não estou aqui, de forma alguma, tentando entrar em um assunto doméstico do PMDB, porque não pertenço às suas fileiras. Eu respeito. Estou aqui tratando de um assunto doméstico da minha região. Estou aqui, antecipando, cobrando uma promessa feita pelo Governador José Richa, não a mim, mas em praça pública, aos habitantes de minha cidade, de minha região.

Tomara, nobre Deputado, que eu esteja errado e o Sr. José Richa cumpra os compromissos feitos em praça pública. Assim o espero.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltarei mais vezes a esta tribuna. Voltarei quantas vezes necessário for, enquanto o futuro Governador não cumprir o prometido na minha região.

Dizia o nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado que o Governo de Jose Richa não será um governo de corruptos, mas um governo de seriedade, de dedicação e voltado para o bem comum da gente, voltado para as coisas prometidas ao seu povo. E eu quero lembrar ao nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado que esta é uma promessa feita e se ela não for cumprida, estarei, aqui, os quatro anos de meu mandato, cobrando do Sr. José Richa.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Hoje, nobre Deputado, agradeço a Vossa Excelência. Mas, pedi este aparte apenas para me posicionar sobre o discurso do Deputado Anibelli, a quem respeito, e eu disse a ele as notas taquigráficas estão aí, não sou mentiroso. Ele disse que havia corrupção antes. E antes também haviam os Juizes do Tribunal Regional Eleitoral.

E mais uma coisa, estão manipulando, Deputado, para que o Suplente do Sr. Leite Chaves seja revertido a um cargo aqui, na Assembléia Legislativa. Mas nós haveremos de estar sempre aqui, inertes, mas, sempre alertas, para que isso não haja, para que não haja corrupção, para que o Partido do Governo futuro tenha aquela auréola, aquela bondade, aquele cristianismo cristalizado — aqueles salvadores da Pátria, aqueles falsos Messias que hão de decepcionar o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Obrigado, nobre Deputado.

Desejo dizer a Vossa Excelência, que concordo plenamente com o seu raciocínio.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados — faço esta cobrança, de público, dizendo e repetindo o que não pude terminar quando me foi cortada a palavra, pelo Sr. Presidente: que, se o Sr. José Richa der a Apucarana um cargo de primeiro escudo, não será favor algum que ele fará àquela região, mas, é uma obrigação moral que ele tem com o povo da minha terra, porque, em todas as eleições em que ele participou, juntamente com o Sr. Álvaro Dias, foi sempre o mais votado na minha cidade e eu sempre respeitei a sua votação.

Nobre Líder, espero que Vossa Excelência leve ao seu futuro Governador, a minha reivindicação que é a reivindicação da minha gente, da minha terra, o que eu cobrarei de Vossa Excelência durante os quatro anos do meu mandato.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Esta Presidência anuncia, com muita honra, a presença neste Plenário, do ex-Deputado Gamaliel Galvão, do Dr. Duval Monteiro, do PDS de Astorga, e do Suplente de Vereador João Agostinho, de Curitiba.

Ainda dentro do Horário da Liderança, concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer, do PDS.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este Deputado está assomando à tribuna, hoje, já agora no terceiro mandato dentro desta Casa, e gostaria de definir sua posição, sua forma de atuação nesta Legislatura.

Durante oito anos que passamos nesta Casa, tínhamos uma conduta, a de ouvir, de ser ponderado, de ser tranquilo, equilibrado. Vamos continuar assim. Porém, a partir deste instante, vamos mudar de posição, não ouvir mais, calado, pronunciamentos injustos como os que foram feitos e, muitas vezes, no Pequeno Expediente quando não se pode dar apertes, pelo Deputado Gernote Kirinus, anteontem, ontem e hoje, quando não pudemos nos defender, pronunciamentos fazendo injustiças com os Prefeitos de áreas de segurança como Marechal Rondon e Santa Helena, misturando tudo, querendo dar a impressão de que aqueles municípios não têm administração! E vou dizer o porquê:

No pronunciamento de ontem, Sua Excelência falava que havia perseguições contra os professores do Município de Marechal Rondon, que foram despedidos professores da Campanha da Comunidade. Onde entram os Prefeitos das áreas de segurança, nisso? Se o próprio nome já está dizendo, Escolas da Campanha da Comunidade?! Se foram demitidos, inclusive este Deputado já telefonou àqueles Prefeitos, hoje de manhã, aos dos Municípios de Santa Helena e de Marechal Rondon, e nenhum dos dois sabe disto. Dizer que é perseguição política?! Onde está essa perseguição política? E no pronunciamento do Deputado Gernote Kirinus, ontem, ele falava do pedido que o Presidente da República fez, pedindo paz neste País, pedindo que a Oposição ajudasse e que fosse, agora, uma nova fase, no Estadão de ontem. O Líder do PMDB, o Líder do Partido do PMDB e o Presidente negaram isto, mas o nobre Deputado Gernote Kirinus diz que, lá em Marechal Rondon, lá em Santa Helena, lá sim, tem que valer isto, agora, para o Brasil não vale isto? Só lá em Marechal Rondon? E lá não está sendo feita perseguição política e eu provo. Em Palotina, onde até há poucos dias atrás, o Prefeito era do PDS, ninguém perseguiu ninguém do PMDB. Só que hoje o Prefeito já demitiu mais de 80 funcionários, porque eram do PDS.

Agora falo com autoridade de Marechal Cândido Rondon, porque fui o último Prefeito eleito naquele município, mais votado, mais votado até do que o nobre colega Gernote Kirinus. Temos a maioria de Vereadores no município e temos a autoridade de falar naquele município como é o Município

de Santa Helena. A administração, principalmente de Marechal Cândido Rondon, que todos reconhecem neste País como uma das administrações mais sérias, mais competentes, mais justas, tanto é que todos os órgãos elogiam de público a administração de Cândido Rondon e um dos municípios menos endividados neste País, porque lá se administra com respeito as coisas públicas. E o Prefeito, Prefeito nomeado sim, concordo, pela segunda vez tinha sido Vereador e, duas vezes, Presidente da Câmara Municipal. Passou pelo crivo do povo e continua tendo autoridade porque fez a maioria na Câmara de Vereadores. Gostaria que Vossa Excelência quando fizesse alguma denúncia, o fizesse no Grande Expediente, ou no Horário da Liderança, mas nunca mais no Pequeno Expediente, aonde a gente não pode se defender.

O Sr. Gernote Kirinus — No entanto, Vossa Excelência está fazendo e reclama que não pode fazer, mas está fazendo.

Eu não vou abordar o assunto no Grande Expediente, porque o assunto é de cinco minutos e Vossa Excelência vê que uso o horário que o Regimento Interno me permite.

Vossa Excelência bem sabe de que os colegas da CNC de Marechal Cândido Rondon, onde aliás existe apenas um Colégio Estadual, enquanto que em outros municípios não tem colégios particulares...

O SR. WERNER WANDERER — A partir de 15 deste mês vai resolver tudo.

O Sr. Gernote Kirinus — Isso é o que nós pretendemos.

O SR. WERNER WANDERER — Vou cobrar de Vossa Excelência isso.

O Sr. Gernote Kirinus — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e digo que agradeço também a confiança que Vossa Excelência está depositando de que a partir de 15 de março haverá mudanças e haverá soluções. Gostaria de dizer também a Vossa Excelência que Vossa Excelência conhece tão bem e sabe que houve uma greve em Marechal Cândido Rondon de estudantes, exatamente contra arbitrariedades que são cometidas por tabela através dos colégios da CNC que não passam de entrepostos avançados do seu mando político.

Esse que vos fala nesse momento e a minha esposa, foram vítimas da mesma perseguição, dos mesmos instrumentos. Portanto, se os professores lá estão sendo despedidos, injustamente, existe o dedo arbitrário da Prefeitura, porque os colégios da CNC funcionam em estabelecimentos da Prefeitura.

O SR. WERNER WANDERER — Do Estado.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência mesmo condicionou ao Diretor da época, quando eu fui afastado das funções do Magistério, no mesmo colégio de Entre Rios, ele mesmo nos confessou que foi Vossa Excelência que determinou.

O SR. WERNER WANDERER — É mentira.

O Sr. Gernote Kirinus — É a palavra do diretor que, inclusive, foi afastado depois também. Vossa Excelência não tem como esconder a transparência dos fatos, através de uma greve, de uma manifestação popular, de todos os alunos dos colégios da CNC Davi Carneiro.

Pediria que Vossa Excelência considerasse o aspecto de tantas e tantas aposentadorias de FUNRURAIS que não são nem recebidas, quando por direito deve ser recebida e que o funcionário que lá está, está emprestado à Prefeitura para o FUNRURAL e é colocado lá exatamente pela triagem de PMDB-PDS.

O SR. WERNER WANDERER — Gostaria de fazer duas considerações. Admiro muito Vossa Excelência, porque até ontem o agente do FUNRURAL de Marechal Cândido Rondon fazia aposentadoria antes para os companheiros de Vossa Excelência e conseguia antes do que a gente. Agora que passou a eleição, não precisam mais dele, e vêm acusar o agente do FUNRURAL de Marechal Cândido Rondon. Gostaria até que Vossa Excelência fosse um pouquinho justo com aquele que tanto o ajudou nessa campanha política passada.

Gostaria de fazer uma segunda colocação. Vossa Excelência vai ter oportunidade de, a partir de 15 de março agora, todos aqueles colégios da CNC que são 10 em Marechal Cândido Rondon, passar para o Estado; Vossa Excelência tanto fala e aqueles colégios, principalmente o Davi Carneiro, que está num prédio do próprio Estado, então é uma grande oportunidade para Vossa Excelência mostrar o trabalho que nós mostramos nesses oito anos. Vou dar um voto de crédito, de confiança, e acredito que Vossa Excelência vai fazer isso.

**O Sr. Gernote Kirinus** — Permite, Deputado. Levaram dezoito anos e pelo menos nos deixarão quatro anos para poderemos chegar a corrigir aquilo que deveria ter sido feito há 18 anos. Obrigado.

**O SR. WERNER WANDERER** — É uma forma até muito simplista de querer dizer vou ficar 18 anos no Poder, mas daqui quatro anos muda tudo de novo, tenho certeza, porque as promessas feitas na campanha e, principalmente de Vossa Excelência, nos meus municípios, prometia em cada município, em cada distrito, posto de saúde, médico pago e isto nós vamos cobrar nesses quatro anos.

**O Sr. Gernote Kirinus** — Não sabia que Vossa Excelência assistia meus comícios.

**O SR. WERNER WANDERER** — Tenho companheiros, como Vossa Excelência tem informação dos meus comícios eu tenho informações de Vossa Excelência. Mas eu gostaria, antes de finalizar, de parabenizar-me com um cidadão que hoje não faz parte do nosso Partido, um cidadão que no próximo dia 15 vai tomar posse como Vice-Governador no Estado do Paraná, Dr. João Elísio Ferraz, hoje ele recebe o título de Cidadão Honorário de Marechal Rondon e eu gostaria de parabenizar este futuro Vice-Governador, que tanto ajudou o Município de Marechal Cândido Rondon quando Jaime Canet Júnior era Governador.

**O Sr. Gernote Kirinus** — Só para informar. Pelo que eu sei o Dr. João Elísio não poderá comparecer hoje e deverá ser transferida a data, mas agradeço e também reitero a parabenização, principalmente da Câmara por ter escolhido esta douda pessoa.

**O SR. WERNER WANDERER** — Obrigado e inclusive, este título foi oferecido quando o atual Prefeito Verno Cherer era Vereador da Câmara de Marechal Rondon.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente indicando os nomes dos Senhores Deputados que comporão as Comissões Técnicas da Casa. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 126/82 - VETO PARCIAL aposto pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado (Mensagem n.º 152/82), ao Projeto de Lei n.º 120/82, que dá nova redação a dispositivos da Lei n.º 7.567 com as providências que especifica, (Lei 7.567 de 08.01.82 — Cria Carteira de Previdência dos Servidores do Poder Judiciário). Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade. — Aprovado.

**O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE** — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — A Mesa defere.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — (Pela ordem) Apenas um esclarecimento da Mesa. A discussão versa sobre o veto? Gostaria que Vossa Excelência orientasse o Plenário de como ele deve se conduzir para... me parece que está em discussão o veto e não o projeto.

Vossa Excelência colocou apenas o projeto em votação. Gostaria que Vossa Excelência orientasse o Plenário, no sentido de como deverão se conduzir os Srs. Deputados favoráveis ao veto ou contrário ao veto.

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — O Artigo 28, da Constituição do Estado, no seu parágrafo 3.º, diz: — “Comunicado o Veto ao Presidente da Assembléia Legislativa, será o projeto submetido a uma única discussão.”

O projeto de lei, portanto. “Considerando-se o mesmo aprovado, se obtiver o voto de 2/3 dos Deputados presentes.”

Os Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — (Pela ordem) Gostaria que Vossa Excelência orientasse o Plenário no seguinte sentido: — se votar favoravelmente ao projeto, aí contra o veto, ou...

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** Estará rejeitando o veto, se aprovado o projeto, nobre Deputado.

Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. (Pausa).

Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezesseis Srs. Deputados aprovam; seis Srs. Deputados rejeitam.

Não há “quorum” para votação e sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia de Almeida Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando, seja enviado Telex ao Sr. Ministro da Fazenda e ao Secretário da Receita Federal em Brasília, solicitando a permanência da Agência da Receita Federal em Ubatuba, neste Estado. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando pedido de informações ao Sr. Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná, sobre operação de crédito ou empréstimo, ou mesmo repasse de valores à Empresa SERVIX ENGENHARIA S.A., operação esta realizada em dólares, tendo como agente financeiro o Brasilinvest. — Em discussão.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Para discutir.

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Regimento Interno, art. 150.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, solicitando providências no sentido de apurar irregularidades praticadas pela Superintendência do IAPAS no Município de Toledo. — Em discussão.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 07, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 126/82.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 141/83

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1141, de 17/02/83, deste Poder,

RESOLVE:

I — prover PAULO AFONSO SANVIDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ervin Bonkoski; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 142/83

I — prover VALDIR MASAMI UEDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Homero Murinobu Oguido; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 1136).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 143/83

I — prover OSCAR TOMIO OCHIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Homero Marinobu Oguido; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 1136).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 144/83

I — prover CLÁUDIO ROBERTO BARBOSA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Antônio Fonseca; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Protoc. nº 1133).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 145/83

I — prover NELSON SHOZI KAMEI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Antônio Fonseca; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 1134).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 146/83

I — prover MUSTAFÁ ALFATAH SALLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Hermas Eurides Brandão; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 1229).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 147/83

I — prover MARLI ALVES POLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Tadeu Bento França; e,

II — autorizar a mesma a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 1288).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 148/83

I — prover JOÃO MARIA CAMARGO FERREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Odeni Mongruel; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 1323).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 149/83

revogar o Decreto Legislativo nº 156/81, que designou para exercer as funções de Chefe de Gabinete da 3a. Secretaria, o funcionário LUIZ LOSSO, matrícula nº 077, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 838).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 150/83

I — revogar o Decreto Legislativo nº 244/81, que designou para exercer as funções de Assistente de Gabinete do Departamento Legislativo, o funcionário OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS, matrícula nº 502, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar o mencionado funcionário, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 1a. Secretaria, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. nº 1358).

Palácio "XIX de Dezembro", em 28/02/83

TRAJANO BASTOS — Presidente  
GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário  
FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 74/83

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a contagem das férias abaixo relacionadas, conforme especifica:

Edu Liberti — Mat. 243	2 meses — 1980.
Alston Xavier da Silveira - Mat. 372	2 meses — 1982
Nelson Augusto Araújo — Mat. 501	2 meses — 1982
Iglair Smaniotto - Mat. 298	2 meses — 1982

Jandyr Nardin - Mat. 162 2 meses — 1982  
 Alberto Savoia Assef - Mat. 147 2 meses - 1982  
 Paulina Scherner Simões - Mat. 223 2 meses — 1982  
 (Protocs. nºs 6048/82, 19/83, 21/83, 28/83, 40/83, 41/83 e 885/83).

## PORTARIA N.º 75/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a contagem em dobro das férias, conforme especifica:

Adilson Vicentini — Mat. 110 2 meses 1981  
 Walfrido Ribeiro de Camargo - Mat. 035 2 meses — 1982  
 Irani Carini - Mat. 179 2 meses — 1982  
 Jogueibe Mansur - Mat. 312 2 meses — 1982  
 Ivo Gusso - Mat. 264 2 meses — 1982  
 Abib Miguel - Mat. 038 2 meses — 1981  
 Nilton Busato - Mat. 317 2 meses 1982  
 Maria Menegusso - Mat. 562 2 meses 1982.  
 (Protocs. nºs 6216/82, 11/83, 20/83, 22/83, 137/83, 280/83, 869/83 e 891/83).

## PORTARIA N.º 76/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a contagem em dobro das férias abaixo especificadas:

Rene Vasco Garcia - Mat. 429 2 meses — 1981  
 Olga Maria da P.A. Camargo - Mat. 295 2 meses — 1982  
 Aimoré Od Rocha - Mat. 384 2 meses — 1982  
 Carlos Douglas Bukowski - Mat. 386 2 meses — 1982  
 Ronaldo Lopes Linhares - Mat. 086 2 meses — 1982  
 Celso Aparecido de Castro - Mat. 144 2 meses — 1982  
 Luciano Lacerda Filho - Mat. 279 2 meses — 1982  
 Maurício Gonçalves - Mat. 152 2 meses — 1982  
 Ronaldo Baptista - Mat. 430 2 meses — 1982  
 Odahir Cosmos - Mat. 575 2 meses — 1982  
 Luiz Antônio Caron - Mat. 301 2 meses — 1982  
 Edison Carlos de Oliveira - Mat. 557 2 meses — 1982  
 Celso Araújo Júnior - Mat. 489 2 meses — 1982  
 (Protocs. nºs 12, 13, 64, 69, 70, 72, 147, 198, 203, 268, 456, 495 e 800/83).

## PORTARIA N.º 77/83

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PÔNCIO, matrícula nº 215, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 1.º de novembro de 1973 e 1.º de setembro de 1978, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1977, contadas em dobro.

(Protoc. nº 7229).

## PORTARIA N.º 78/83

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de IRACY DA SILVA RUDNIK, matrícula nº 203, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de 04 (quatro meses) correspondente ao dobro das férias de 1981 e 1982, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei nº 6174, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 2.º decênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1973 e 07 de julho de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias referentes aos anos de 1975, 1978 e 1980, contadas em dobro.

(Protoc. nº 775).

## PORTARIA N.º 79/83

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de MARIA DE LOURDES SANTOS, matrícula nº 561, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1982, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 29 de julho de 1978 e 29 de maio de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1978, 1979, 1980 e 1981, contadas em dobro.

(Protoc. nº 658).

## PORTARIA N.º 80/83

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de LUIZ LOSSO, matrícula nº 077, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, de acordo com o Art. 248, da citada Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 04 de setembro de 1977 e 04 de janeiro de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3.º quinquênio e das férias referentes ao ano de 1981, contadas em dobro.

(Protoc. nº 9129).

## PORTARIA N.º 81/82

conceder à funcionária HILDA MATTHIES BLANC, matrícula nº 328, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1983, a partir de 04

de março de 1983.

(Protoc. n.º 1231).

**PORTARIA N.º 82/83**

conceder ao funcionário EDU LIBERTI, matrícula n.º 243, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1981, a partir de 1.º de março de 1983.

(Protoc. n.º 1322).

**PORTARIA N.º 83/83**

conceder à funcionária GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA, matrícula n.º 262, ocupante do cargo de Assistente de Comissão B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1982, a partir de 1.º de março de 1983.

(Protoc. n.º 1241).

**PORTARIA N.º 84/83**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 059/81, ao funcionário LUIZ LIMA, ocupante do cargo de Assessor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 9651).

**PORTARIA N.º 85/83**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 058/81, à funcionária ANDRELINA CORREIA ALVES, matrícula n.º 191, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 1031).

**PORTARIA N.º 86/83**

designar SEBASTIÃO LUIZ GONZAGA, funcionário contratado deste Poder, para exercer as funções de Motorista, junto ao Gabinete da 2a. Secretaria, na conformidade do Decreto Legislativo n.º 09/82, a partir de 10 de fevereiro de 1983.

(Protoc. n.º 1016).

**PORTARIA N.º 87/83**

designar SELONI CORSO GRANDI, funcionária contratada

Curitiba, sexta, em 04/03/83

deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafa, junto ao Gabinete do Deputado Caíto Quintana, na conformidade da Resolução n.º 71/80, a partir de 1.º de março de 1983.

(Protoc. n.º 1242)

**PORTARIA N.º 88/83**

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ANTÔNIO JOÃO GREBER, matrícula n.º 291, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 4194).

**PORTARIA N.º 89/83**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 13/83, ao funcionário GERSON EVANGELISTA PASSOS, matrícula n.º 336, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 1333).

**PORTARIA N.º 90/83**

I — revogar a Portaria n.º 817/81, que designou para prestar serviços no Gabinete da 2a. Secretaria, como Datilógrafa, o funcionário JOSE NATALIO DE CASTRO E SILVA, contratado deste Poder; e,

II — designar o mencionado funcionário para prestar serviços no Departamento Legislativo.

**PORTARIA N.º 91/83**

revogar as Portarias com datas anteriores a 24 de fevereiro de 1983, que designaram funcionários para exercerem atribuições fora de suas lotações de origem, exceto os da Resolução n.º 71/80.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de março de 1983.

CLOVIS STADLER DE SOUZA  
DIRETOR GERAL